

Relator pede cassação de ACM e Arruda

José Paulo Lacerda/AE

TÂNIA MONTEIRO
e RENATA GIRALDI

BRASÍLIA – Em tumultuada e tensa sessão no Conselho de Ética do Senado, o relator, Roberto Saturnino (PSB-RJ), pediu ontem a abertura do processo de cassação contra Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Roberto Arruda (sem partido-DF) por “prática de atos contrários à ética e ao decoro parlamentar”. Saturnino baseou todo o seu relatório no fato de os dois senadores terem mentido, causando graves danos à imagem do Senado. Ele também destacou o fato de Arruda e ACM terem sido “omissos” e “negligentes” na falta de providências na questão da violação do painel.

Com pedido de vistas de Paulo Souto (PFL-BA), a votação do relatório de Saturnino foi adiada para quarta-feira, 23, às 10 horas. Apesar da polêmica, o presidente do Conselho de Ética, Ramez Tebet (PMDB-MS), anunciou que o voto será aberto. “Ninguém fez a questão de ordem na hora certa. Agora não adianta questionar porque já decidi”, disse.

Sua atitude contraria defensores de ACM e Arruda, que contavam com o sigilo da votação para negociar com indecisos. Na prática a medida constrange os que tendem a apoiar os acusados, já que a sessão será transmitida pelas emissoras de rádio e TV.

Punição – O voto do relator aumentou a expectativa de renúncia de ACM e Arruda. Essa decisão tem de ser tomada até a semana que vem, antes de o processo ser instaurado pela Mesa do Senado. Ontem à noite ambos evitavam assumir publicamente a possibilidade. O pefelista chegou a negar a entrevista transmitida por uma rede de TV, na qual confirmava sua disposição de deixar o Senado.

No esforço de evitar a cassação de ACM, seus aliados adotaram a estratégia do voto em separado. Na prática, significa apresentar um novo relatório, que poderá ser acompanhado ou não pelos integrantes do Conselho de Ética. Nele, os carlistas vão propor pena mais branda do que a cassação: suspensão temporária de mandato, possivelmente por 90 dias. O voto em separado está sendo elaborado com a ajuda dos ad-

vogados Márcio Thomaz Bastos e Luiz Vicente Cernichiaro. “Essa é uma peça (o relatório de Saturnino) de condenação”, reclamou Thomaz Bastos.

Em 31 páginas, Saturnino apresentou um histórico de todo o processo, apontou as dúvidas que permanecem e acusou ACM e Arruda de quebra de decoro, propondo a cassação de mandato. Para ele, a investigação apontou “indícios de prática de atos contrários à ética e ao decoro parlamentar, de modo a justificar a abertura de processo de cassação”.

O senador reiterou a preocupação com a “falta da verdade” que manchou a imagem e a credibilidade do Congresso. “Sem veracidade, não há boa-fé nem confiança recíproca”, disse, lembrando que apesar da confissão, a mentira de ACM e Arruda “ficará registrada nos anais” do Senado. Ele ressaltou que a preservação da credibilidade da Casa depende do procedimento que será tomado pelos parlamentares.

Alívio – Visivelmente aliviado depois de anunciar a conclusão do relatório, Saturnino disse ter cumprido seu dever. “Meu pensamento é de missão cumprida. Mas ainda falta o voto em separado de Souto”, afirmou. “Estou

aliviado”, acrescentou. Tebet contou estar preocupado com as questões que serão discutidas no dia da votação. Na sua opinião, Arruda, que é titular do conselho, tem direito de votar, mas deveria sentir-se impedido de fazê-lo. De qualquer maneira, o assunto será definido na próxima reunião.

Apesar da aparente tranquilidade de Tebet, sua decisão sobre o voto aberto provocou uma grande discussão em plenário. O senador Waldeck Ornelas (PFL-BA), outro ferrenho aliado de ACM, anunciou que vai recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF). Em contrapartida, Tebet disse que era seu direito fazer isso e avisou que a sessão só será secreta na segunda fase de votação no conselho, quando e se a Mesa Diretora do Senado acolher o voto de Saturnino pela cassação. “Estamos estudando para ver como recorrer ao Supremo”, afirmou o advogado Thomaz Bastos.

■ Os principais trechos do voto de Saturnino Braga estão na página A8



Pena máxima: Saturnino entrega relatório, no qual pede processo de cassação para Arruda e ACM